

9m
13/3/97 1-121-6
Ø9

Guardiães da terra abrem Rio + 5

por Washington Novaes
do Rio
(Especial para
a Gazeta Mercantil)

No mito fundamental dos índios yanomami – que vivem no extremo Norte do Brasil e em uma porção de território venezuelano –, o nosso universo é constituído de duas gigantescas abóbadas, uma voltada para cima, outra para baixo. Quem sustenta a abóbada superior são eles, os yanomami, que se consideram responsáveis pelo equilíbrio da Terra, seus guardiães mesmo. Se desaparecerem, romper-se-á o equilíbrio, a abóbada superior desabarará sobre a inferior e o mundo se acabará.

Não estranha, por isso, que a abertura da conferência Rio + 5, hoje de manhã, no Rio de Janeiro, se dê exatamente com uma cerimônia em que índios brasileiros pediram (Cont. A-6)

13/3/97
89
Pg. A6

■ NACIONAL

Guardiães da terra abrem Rio + 5

por Washington Novaes
do Rio
(Especial para a Gazeta Mercantil)
(Continuação da página A-1)

a proteção dos espíritos para o nosso mundo e para os que se preocupam com seus destinos, sua preservação. Afinal, se existem espaços ainda preservados no nosso planeta, eles são quase todos ocupados exatamente pelos povos ditos "primitivos". É só olhar o mapa-múndi e conferir.

Também não será simples coincidência que, na mesma hora, do lado oposto da ex-capital do País — tão humilhada por não ter condições inclusive ambientais para sediar a Olimpíada —, estará acontecendo, no workshop Agenda 21: A Utopia Concreta, um painel para discutir A Agenda Amazônia 21, um balanço de problemas e propostas de soluções para essa parte do território brasileiro que os índios ajudaram decisivamente a preservar, com sua biodiversidade, que é a maior do planeta, a mais rica.

Na Rio + 5, promovida pelo Conselho da Terra, uns 500 representantes da sociedade de 80 países tentarão fazer o balanço do que aconteceu da Rio 92 para cá e acordar propostas que possam ser incorporadas pelos chefes de Estado do mundo todo, quando se reunirem em junho, em Nova York, com o mesmo propósito. Eles vão redigir a Carta da Terra, um documento com as visões e as propostas da sociedade mundial, depois de revisto o panorama nas áreas das mudanças climáticas e da preservação da biodiversidade, da situação dos oceanos e da desertificação, da perda de florestas tropicais ao esgarçamento da camada de ozônio, da situação das mulheres ao drama da pobreza. Passando pelo exame dos projetos de desenvolvimento sustentável que estão dando certo em muitas partes.

No workshop da Agenda 21, que chega ao seu quarto dia, o Ministério do Meio Ambiente, secretários de

Planejamento e Meio Ambiente da Amazônia Legal e representantes de várias instituições internacionais, inclusive financeiras, começam a discutir uma proposta de agenda para aquela parte do território brasileiro. Suas conclusões, embora continuem a ser examinadas até outubro, com governos da região, empresários, cientistas e representantes da sociedade, além dos governos dos outros países da região amazônica, também servirão para orientar — junto com outras proposições debatidas no workshop — as posições do governo brasileiro nessa reunião de Nova York e nas reuniões da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

Que temos, os brasileiros, para dizer ao mundo? Que avanços em direção ao desenvolvimento sustentável podemos apresentar? E a quantas andamos na questão amazônica e na preservação da biodiversidade, que tanto preocupam todos os países?

O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, não tem dúvidas quanto aos conceitos. Vai dizer hoje, na abertura da Rio + 5, que a sustentabilidade — "um propósito estratégico alicerçado na consciência crítica" — veio para "subverter verdades estabelecidas, valores cristalizados, saberes consagrados, ordens empedernidas". É uma "nova racionalidade", que substitui o "penso, logo existo", pelo "sinto, logo compartilho" (um pensamento, portanto, sem diferen-

ças significativas em relação ao pensamento teológico de Leonardo Boff, exposto na edição de ontem).

Chegar aí, entretanto, exige, na lógica do minist-

tro, "coragem para perceber o abismo entre valores e conceitos e a efetiva transformação na direção do desenvolvimento sustentável". Só que, entende ele — talvez com otimismo excessivo —, "os avanços têm sido suficientes para obstruir o caminho de volta". O tempo dirá.

Um realismo nem otimista nem pessimista provavelmente conclui-



ria que estamos no fio da navalha, com muitos propósitos corretos, mas enredados em instituições, práticas e burocracias que ameaçam inviabilizar quase tudo.

A própria Amazônia, que estará na mesa de discussão, hoje, é um desafio gigantesco, com seus 8 milhões de quilômetros quadrados (somando os oito países), que significam 5% da superfície do planeta e 44% do território sul-americano. Uma floresta de 7 milhões de km² por onde passam 20% da água potável da Terra e com o privilégio de ser ainda metade floresta virgem, detentora da maior biodiversidade entre todas (os cientistas falam em 1,5 milhão de espécies vege-

60% dos habitantes da Amazônia vivem em áreas urbanas, a maior parte deles em condições de pobreza

tais já classificadas, num universo entre 5 e 30 milhões).

Desafio inclusive porque 60% dos habitantes da Amazônia brasileira já vivem em áreas urbanas, a

maior parte deles na pobreza e à espera de soluções que tardam. Mais que isso, em anos recentes as soluções se complicaram, segundo o diagnós-

tico do próprio Ministério do Meio Ambiente, porque levaram à desvalorização da terra e dos recursos naturais — e com isso adicionaram mais uma complexidade, porque estão atraindo investimentos estrangeiros, principalmente do sudeste asiático, trazidos exatamente pelas empresas com maior tradição devastadora, as famigeradas madeirei-

ras da Malásia, da Indonésia e outros países.

Que se vai fazer, então? O grupo criado no Ministério do Meio Ambiente sob coordenação do secretário José Seixas Lourenço e com a participação de vários cientistas, entre eles o extraordinário prof. Ignacy Sachs, do Centro de Estudos Brasileiros Contemporâneos em Paris, tem muito mais perguntas que respostas a oferecer, por enquanto — mas já é um bom começo, por tratar-se de perguntas pertinentes. E por estarem elas assentadas sobre algumas premissas fundamentais — a começar pela de que nos grandes espaços dos 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia brasileira poderemos lançar os fundamentos de uma nova cultura, a civilização da biomassa.

Para isso, entretanto, teremos de transformar a Amazônia numa questão nacional (e não regional),

sermos capazes de formular políticas integradas — e não o feixe de propostas desarticuladas e colidentes que temos tido —, e de executá-las em parceria não só no plano federativo (União, Estados, municípios), mas reunindo também as organizações não-governamentais, os sindicatos, as cooperativas, os índios, as igrejas, os empresários, os cientistas e instituições internacionais, inclusive financiadoras.

Algumas políticas já estão até mais avançadas em sua formulação, como a dos corredores biológicos (cinco), capazes, em sua grande extensão, de permitir uma sequência de mosaicos de vegetação que assegure a permanência da biodiversidade e a sobrevivên-

cia da fauna em sua totalidade. O primeiro a ser implantado começará a uns 200 quilômetros a leste de Manaus e irá até perto da fronteira do Peru e Colômbia, com largura variável. Custará uns 20 milhões de dólares implantá-lo (dinheiro ainda não disponível).

Na maior parte dos casos, entretanto, não se passou ainda das perguntas. Por exemplo: como inserir a Amazônia nos currículos da educação e de forma correta? Como integrar a Amazônia ao resto do Brasil? Como integrá-la com as outras amazônias? Como implantar um sistema eficaz de vigilância e proteção na área? Como concluir o zoneamento ecológico-econômico? Como assegurar o uso múltiplo dos recursos (solo, água, biodiversidade)? Como ordenar as atividades de mineração e garimpo? Como assegurar programas corretos para as populações tradicionais? Como garantir os direitos dos índios?

Retorna-se, assim, aos índios e ao terreno dos dramas — junto com a falta de recursos financeiros (os países financiadores liberam um mínimo do que prometem), inclusive para a proteção da biodiversidade (estão diminuindo, disse numa avaliação recente em São Paulo o professor Gustavo Fonseca, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Conservação Internacional). Enquanto isso, segundo as palavras da ex-presidenta do Ibama, Maria Tereza Jorge Pádua, no mesmo encontro, parte

Como afirmou o índio Marcos Terena: "vocês, brancos, são uma cultura que não deu certo".

substantiva da nossa economia depende de espécies exóticas, "porque os recursos financeiros são irrisórios, frente à magnitude do problema".

Diante de tanta complexidade, resta esperar que os índios possam, de fato, com suas invocações, iluminar a mente e o espírito de tantas pessoas que uma solidariedade nacional e planetária está reunindo no Rio de Janeiro. Afinal, como tem dito um deles — Marcos Terena — "vocês, brancos, são uma cultura que não deu certo".